

Nº 112 /03 - PGJ

83º CONCURSO DE INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 2002

Gabarito no final!

O Procurador-Geral de Justiça e Presidente da Comissão do 83º Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público - 2002, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no art. 9º parágrafo único do Regulamento do Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público, AVISA que faz publicar as questões objetivas da prova preambular do 83º Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público - 2002, realizada em 09 de março de 2003, e os respectivos gabaritos. A presente versão com o respectivo gabarito é especial para publicação. As versões 01, 02, 03 e 04 utilizadas no Concurso, cujos gabaritos encontram-se abaixo, possuem idêntico teor, apenas alternando-se a ordem das questões.

DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL

1. A personalidade civil inicia-se com o nascimento com vida, colocando-se a salvo os direitos do nascituro, sendo necessário, todavia, que a criança

(A) se livre totalmente do ventre materno mantendo-se ligada ao cordão umbilical, mesmo que não apresentando de imediato sinais de respiração ou viabilidade de sobreviver, ostente forma humana.

(B) consiga separar-se por inteiro ou parcialmente do ventre materno respirando, mediante parto natural ou intervenção cirúrgica, pouco importando que o cordão umbilical não seja rompido, que seja viável ou não, e que não tenha necessariamente forma humana.

(C) se separe por inteiro, ou mesmo que parcialmente do ventre materno, e desligada necessariamente do cordão umbilical, o parto seja efetuado normalmente, ou por meio de cesariana, e que respire e tenha forma humana.

(D) venha à luz, ainda que se mantendo ligada ao cordão umbilical, mesmo que o parto se concretize através de cesariana ou pelo meio natural, e evidencie possibilidade de poder vir a respirar.

(E) necessariamente venha à luz, com o rompimento do cordão umbilical, por meio de parto cesariano ou natural, e que apresente aptidão vital.

2. É exato afirmar que entre a irretroatividade e a retroatividade há uma situação intermediária: a da imediata aplicabilidade da nova lei a relações que embora nascidas sob a vigência da lei antiga não se aperfeiçoaram e não se consumaram. Diante dessa assertiva, será correto reconhecer que em se cuidando de efeito imediato das leis a respeito da capacidade das pessoas:

(A) iniciado o lapso de transcurso da *vacatio legis*, se ocorrer nova publicação de seu texto, a fim de que sejam corrigidos erros materiais ou falhas ortográficas, o prazo de obrigatoriedade não começará necessariamente a fluir da nova publicação.

(B) no caso de vir a ser reduzido o limite da maioridade civil para dezoito anos, não será preciso em nenhuma hipótese aguardar o decurso do prazo da *vacatio legis* para que as pessoas que já tenham alcançado essa idade se tornem maiores automaticamente.

(C) se a lei aumentar o limite para vinte e cinco anos, por exemplo, não será respeitada a maioridade dos que já haviam completado vinte e um anos na data da sua entrada em vigor.

(D) as que ainda não haviam completado vinte e um anos não terão que aguardar o momento em que completarem vinte e cinco anos para se tornarem maiores.

(E) caso a lei eventualmente reduza o limite da maioridade civil para dezoito anos, fará com que se tornem maiores todos os que já tenham alcançado essa idade.

3. É exato afirmar que as pessoas jurídicas de direito privado respondem pelos atos culposos de seus órgãos diretores, conselheiros e administradores. Para a apuração de eventual responsabilidade,

(A) não se admite a responsabilidade aquiliana da pessoa jurídica, mesmo que o fato seja decorrente de ato praticado por intermédio de seus órgãos, representantes, empregados e prepostos.

(B) os empregados e prepostos estão livres de responsabilidade, porque os órgãos diretores, conselheiros e administradores serão sempre os responsáveis.

- (C) inexistente a responsabilidade solidária, e em tais circunstâncias a vítima não poderá acionar a pessoa jurídica ou os empregados ou prepostos.
- (D) subsiste sempre a responsabilidade solidária e a vítima poderá optar por acionar tanto a pessoa jurídica como os empregados ou prepostos.
- (E) no campo dos direitos do consumidor, a pessoa jurídica não responde de forma objetiva, dependendo previamente da apuração da culpa de seus empregados.

4. O dano moral consiste no prejuízo que atinge o ânimo psíquico, intelectual e moral da vítima. De tal afirmação decorre que

- (A) a dor moral se insere no campo vasto da teoria dos valores, e o dano será sempre indenizável, mesmo que sua consequência não faça vicejar alterações psíquicas no ofendido, porque o desconforto anômalo provocado pelo ofensor será o suficiente para por si só justificar a indenização.
- (B) qualquer aborrecimento ainda que comezinho, ou seja, um minúsculo desconforto comportamental da parte de terceiro, poderá sempre dar motivo à indenização.
- (C) o protesto de um cheque, mesmo que indevido, será o suficiente para que um devedor contumaz se sinta moralmente atingido, a ponto de ter o direito de acionar o causador daquele ato, ainda que diante de sua condição de mau pagador.
- (D) muito embora em tese seja possível a pessoa jurídica ser atingida por dano moral, para que este se caracterize, é preciso que enfrente dor psíquica, a ponto de justificar que o autor do ato venha a ser responsabilizado por dano moral contra ela praticado.
- (E) o dano moral em sentido lato, não abrange necessariamente os danos psicológicos e se traduz apenas por uma mudança psíquica, ficando em plano secundário o sofrimento moral ou a dor, porque estes nem sempre são colocados a descoberto de forma perceptível de imediato.

5. Diante do que dispõe o art. 1.641 do Código Civil, que prevê para determinadas situações o regime compulsório de separação de bens, ante a regra contida no § 2º do art. 1.639 do mesmo diploma,

- (A) o regime de separação obrigatória pode, em certas hipóteses, admitir que o da comunhão parcial o substitua supletivamente se o desejarem os cônjuges, e caso demonstrem convincentemente a conveniência da alteração.
- (B) admite-se que cônjuges, mediante justificação e razões consideráveis, alterem por sua livre vontade o regime imposto pela lei, por se cuidar de uma imposição legal vexatória que fere frontalmente o direito liberdade individual.
- (C) os cônjuges podem alterar a seu livre talante o regime imposto pela lei, por se cuidar de matéria não alusiva ao campo obrigacional.
- (D) é vedado aos cônjuges alterar o regime estabelecido no art. 1.641 do Código Civil, porquanto qualquer tentativa nesse sentido terá o caráter fraudatório, posto que existe exceção a respeito, que deve prevalecer diante da regra contida no § 2º art. 1.639 do mesmo diploma.
- (E) nada impede que os cônjuges alterem o regime estabelecido no art. 1.641 do Código Civil, porque o direito de família não é regido pelos mesmos princípios rígidos que norteiam o campo obrigacional, e sim, por princípios gerais diversos, que em tese poderiam admitir certa flexibilidade em cada caso concreto.

6. Pode-se afirmar que constituem pressupostos da usucapião, a coisa hábil ou suscetível de ser usucapida, a posse mansa e prolongada, o decurso do tempo, o justo título e a boa-fé. Diante de tal enunciado, indique a alternativa correta para as seguintes hipóteses:

- (A) o justo título e a boa-fé apenas são exigidos nos casos de usucapião ordinária, dispensados os demais requisitos.
- (B) os primeiros três requisitos acima referidos não são absolutamente indispensáveis e exigidos em apenas algumas situações de usucapião.
- (C) o título anulável não é obstáculo para a obtenção da usucapião, porquanto sendo eficaz e capaz de produzir efeitos, válido será enquanto não for decretada a sua anulação.
- (D) qualquer espécie de posse mansa pode conduzir à usucapião, desde que presentes a coisa hábil ou suscetível de ser usucapida, o decurso do tempo e o justo título.
- (E) para a consumação da usucapião extraordinária exige-se que o possuidor ostente justo título e boa-fé.

7. De acordo com o que estabelece o art. 1.200 do Código Civil, é justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária. E nos termos do art. 1.201 do mesmo diploma, está dito que é

de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa. Diante de tais enunciados,

(A) quem pacificamente ingressar em terreno de outrem, sem ter a preocupação de ocultar a invasão, estará praticando esbulho, apesar de sua conduta não se identificar com nenhum dos três vícios referidos no art. 1.200 do Código Civil.

(B) presume-se ser possuidor de boa-fé, quem de forma não violenta obtiver e apresentar justo título para transferir o domínio ou a posse, não se admitindo prova em contrário em nenhuma hipótese.

(C) a boa-fé mostra-se como sendo circunstância essencial para o uso das ações possessórias, mesmo que a posse seja justa, e o possuidor de má-fé não tem ação para proteger-se de eventual ataque à sua posse.

(D) obtida a posse por meio clandestino, será injusta em relação ao legítimo possuidor, e injusta também no que toca a um eventual terceiro que não tenha posse alguma.

(E) caso venha a ser produzida em juízo prova visando a mudança do caráter primitivo da posse, esta não perderá aquele caráter com que foi adquirida, ainda que alguém que tendo a posse injusta do bem obtido por meio de violência, venha a adquiri-lo posteriormente por meio escritura de compra e venda.

8. Sabe-se que é admissível a retificação do registro civil, se o teor dos lançamentos não exprimir a verdade. Diante de tal assertiva,

(A) ainda que se cuide apenas de hipótese de erro perceptível à primeira vista, como, por exemplo, equívoco na qualificação da parte, o serventuário não poderá corrigi-lo por iniciativa própria, devendo sempre consultar o juiz por escrito.

(B) a retificação não pode ser levada a efeito extrajudicialmente ainda que não afete direitos de terceiros, necessitando sempre despacho judicial.

(C) se o pedido de retificação envolver a descrição das divisas ou da área do imóvel, assumindo em tese característica de contenciosidade, não haverá necessidade de chamamento dos confrontantes, do alienante ou dos seus sucessores aos autos, se o serventuário esclarecer ao juízo que o pedido é procedente, por conhecer suficientemente a situação fática.

(D) não há absoluta necessidade de ser ouvido o Ministério Público em pedidos de retificação que não envolvam menores ou incapazes, podendo este órgão deixar de se pronunciar, caso instado a fazê-lo, ficando a seu exclusivo critério oficial ou não nos autos.

(E) caso o pedido de retificação acabe sendo impugnado fundamentadamente por algum confrontante, pelo alienante ou por seus sucessores, o juiz remeterá o interessado para as vias ordinárias, se não se considerar habilitado a decidir de plano.

9. É correto reconhecer, que na falta de ascendentes e descendentes, a sucessão será deferida totalmente ao cônjuge sobrevivente, se ao tempo da morte do outro a sociedade conjugal não estava dissolvida. Diante de tal assertiva será acertado afirmar que

(A) na hipótese de o casamento ter sido celebrado sob o regime da comunhão parcial, e não possuindo o morto bens particulares, o cônjuge sobrevivente participa da herança, sem direito à meação.

(B) no regime de separação obrigatória, o cônjuge sobrevivente figurará como meeiro e poderá, outrossim, ser herdeiro concorrente, por não haver impedimento legal nesse sentido.

(C) separado apenas de fato o casal quando da morte de um dos cônjuges, e estando cada um deles convivendo com terceiro na época do falecimento, essa circunstância mostra-se como sendo intransponível obstáculo para a obtenção do direito sucessório.

(D) quando em concurso com descendentes, o cônjuge sobrevivente só participará da herança do outro se o regime de bens for o da separação voluntária, ou da comunhão parcial de bens quanto aos bens particulares do morto, ou seja, aqueles que não entram na comunhão.

(E) se o cônjuge sobrevivente vier a concorrer com os genitores do de cujus, tocar-lhe-á metade da herança; se apenas com um descendente do primeiro grau, um terço; se com ascendentes de grau maior, também a metade.

10. Ocorrido o desabamento de um shopping center em decorrência de explosão, que causou prejuízos a terceiros, é possível o ressarcimento com fundamento no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil. Indique dentre as hipóteses abaixo elencadas a solução correta, cabendo:

(A) a responsabilidade solidária passiva ad causam da empresa encarregada da segurança do edifício neste caso não se faz presente, por ser ela meramente contratada pelo shopping center

para executar ordens, por ser ele o proprietário do prédio, não tendo, portanto, função de comando, não lhe cabendo indenizar as vítimas, mesmo ante a circunstância de ter construído o edifício.

(B) não se mostra presente o nexo de causalidade entre o dano ocorrido e a atuação da firma construtora encarregada da segurança do edifício, porque sendo ela mera mantenedora, eventual culpa in eligendo será do shopping center por não ter tido o cuidado necessário ao contratar a empresa.

(C) indenização por danos patrimoniais, morais e estéticos, por parte do shopping e da empresa construtora encarregada da segurança, porque neste caso ambos assumem os riscos de suas atividades, e a eles incumbe o dever de resguardar a segurança dos clientes, porque a falha no serviço é sinal indicativo de cristalização de culpa.

(D) mesmo diante das circunstâncias mencionadas, não cabe indenização cumulativamente por danos morais e estéticos por parte de quem quer que seja, porque o segundo está englobado no primeiro e a dupla condenação acabaria por acarretar um bis in idem.

(E) não cabe responsabilizar solidariamente o shopping center pelo ocorrido, porquanto existindo relação de preposição entre este e a empresa contratada para cuidar da segurança do edifício, esta exclusivamente tem o dever de ressarcir, por não funcionar como uma longa manus do shopping, e sim, por seu exclusivo risco, agindo, pois, com culpa in omittendo.

11. É correto afirmar que a preservação da substância é elementar ao usufruto. Isto porque enquanto ao usufrutuário se transfere o direito temporário de usar e gozar da coisa alheia impõe-se-lhe o dever de preservar a substância. Diante de tal assertiva, será correto afirmar que

(A) quando o usufruto recair sobre coisas móveis, a tradição não é indispensável para aperfeiçoá-lo, e poderá recair sobre coisas fungíveis, porque nesse caso o usufrutuário não estará obrigado a conservar a substância do bem para o nu-proprietário.

(B) sendo reconhecido que o usufruto é inalienável, admitindo-se, todavia, a cessão de seu exercício por título gratuito ou oneroso, a inalienabilidade não ocasiona a impenhorabilidade do usufruto, e o direito em si pode ser penhorado em eventual execução.

(C) no usufruto, alguns dos direitos elementares do domínio, como, por exemplo, o direito de uso e gozo, se destacam para se incorporar ao patrimônio do usufrutuário.

(D) o usufruto compreende dois beneficiários, ou seja, o usufrutuário e o nu-proprietário. Os dois beneficiários podem ou não, ser simultâneos; o usufrutuário recebe o uso e gozo da coisa, e o nu-proprietário recebe sempre o domínio ilimitado daquela.

(E) a transferência da posse é circunstância elementar ao usufruto. Para alcançar essa posse, pode o usufrutuário valer-se da competente ação de imissão contra o proprietário da coisa, caso este se recuse a entregá-la, mas não tem legitimidade para intentar a mesma medida judicial contra o instituidor do usufruto.

12. O novo Código Civil estabeleceu prazos de prescrição e prazos de decadência em diversos artigos. Os prazos prescricionais estão previstos na Parte Geral, Título IV, Capítulo I. Os decadenciais são aqueles não previstos no Título IV, Capítulo I, da Parte Geral, podendo também ser disciplinados por normas legais específicas. Diante de tais afirmativas, será correto afirmar que

(A) não está sujeita a prazo de decadência, e sim prescricional, a pretensão de acionar os incapazes de que trata o art. 3º do Código Civil, isto é, os menores de dezesseis anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

(B) deve obrigatoriamente sujeitar-se a prazo prescricional, a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

(C) a pretensão para reaver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as hipóteses de lei especial, está sujeita a prazo decadencial.

(D) está também sujeita a prazo decadencial, e não de prescrição, a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

(E) se sujeita a prazo prescricional de quatro anos, a parte que esteja legitimada ao exercício do direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário, contando-se esse lapso da abertura da sucessão.

13. É certo afirmar que os elementos que caracterizam a união estável são a convivência pública de pessoas de sexos diferentes, que seja ela duradoura e contínua, e que se estabeleça com o objetivo de constituição de família. É igualmente correto afirmar que:

- (A) para a caracterização da união estável, é absolutamente necessária em qualquer circunstância a vida em comum sob o mesmo teto, sob pena de ser descaracterizada, mesmo diante do silêncio da lei nesse passo.
- (B) o direito sucessório do companheiro sobrevivente não se limita e não se restringe apenas aos bens que tenham sido adquiridos onerosamente na vigência da união estável. Pode estender-se também a outros, adquiridos de forma diversa pelo falecido, caso ele não deixe parente sucessível.
- (C) presentes os requisitos exigidos para a caracterização da união estável, é possível ser ela formada por menores em idade núbil, desde que quem os represente exteriorize o seu consentimento, por não haver na lei restrição expressa nesse sentido.
- (D) no campo sucessório, quanto à união estável, o legislador de 2.002 não restringiu o direito hereditário aos bens adquiridos na sua constância, e não impôs a concorrência do sobrevivente com os descendentes, ascendentes e até mesmo colaterais do morto.
- (E) a exemplo do que ocorre com o casamento, na união estável também se exige o regime de separação obrigatória de bens, se um dos companheiros for maior de sessenta anos de idade quando do início do relacionamento.

14. No que concerne à responsabilidade pessoal dos sócios gerentes das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, para a apuração de eventuais responsabilidades ou substituições é correto afirmar que

- (A) somente serão substituídos por responsabilidade tributária, e responsabilizados ilimitadamente, quando comprovadamente agirem com dolo em detrimento da sociedade ou de terceiros, porque o beneficiário indireto e último é o próprio consumidor.
- (B) não será obrigatória qualquer substituição, e não existirá responsabilidade de nenhum sócio, se existirem apenas suspeitas da ocorrência de excesso de mandato por parte de quem quer que seja, de desrespeito ao contrato social ou à lei.
- (C) responderão sempre para com a sociedade e também diante de terceiros, solidária e ilimitadamente pela prática de suspeita de eventuais desmandos independentemente da não apuração da ocorrência de fraude.
- (D) haverá substituição obrigatória por responsabilidade tributária apenas quando agirem com indubitosa negligência que acarrete algum prejuízo para a sociedade, e os sócios nesta hipótese responderão ilimitadamente.
- (E) as obrigações fiscais assumidas em sua gestão permanecem integralmente, em caso de transferência das quotas sociais, porque os sócios respondem pelas obrigações dentro de certos limites.

15. Sabe-se que tendo acesso à concordata preventiva, as obrigações da sociedade empresária não são extintas por substituição de seu objeto. Autorizado o processamento, os credores que ingressarem nos autos poderão estar sujeitos, e outros, não sujeitos aos efeitos da concordata. Pode-se afirmar, portanto, que

- (A) sujeitos aos efeitos da concordata são os credores quirografários anteriores à impetração, e podem exercer seus direitos creditórios fora do processo de concordata.
- (B) sendo quirografários os credores, e anteriores à data da impetração do favor legal, não terão os créditos pagos em moeda concordatária, e por esse motivo não ficam impedidos de promover a cobrança em ação ou execução própria.
- (C) credores não sujeitos, ou seja, os titulares de preferência e os quirografários posteriores à data da impetração, exercem seus direitos dentro e fora do processo de concordata.
- (D) os mesmos credores não sujeitos, ou seja, os titulares de preferência e os quirografários posteriores à data da impetração, exercem seus direitos tanto dentro como fora do processo de concordata, exclusivamente por via de execução que os respectivos títulos proporcionam, vedada a utilização de qualquer outra via judicial.
- (E) os credores não sujeitos à concordata podem exercer normalmente seu direito creditício como se não tivesse sido impetrado o favor legal, por ser para eles inoperante, e vencidos os títulos podem levá-los prontamente a protesto e executá-los, independentemente de quaisquer outras providências.

16. No processo de falência atua o Ministério Público em todos os seus termos, de acordo com o que dispõe o art. 210 do estatuto falimentar. Porém, no âmbito do processo falimentar NÃO se insere entre as atribuições do Ministério Público:

- (A) propor ação revocatória, na qualidade de custos legis, se o síndico ou os credores habilitados não o fizerem, por ter o Ministério Público legitimidade ativa concorrente tanto com o primeiro, como com os últimos.
- (B) emitir pronunciamento a respeito da continuação ou não do negócio do falido, caso este se mostre pouco interessado e o síndico sugira o pronto indeferimento do pedido.
- (C) pronunciar-se sobre eventuais pedidos de restituição, habilitação e impugnação de crédito, mesmo que apenas um credor se habilite, e por via de consequência não fique instaurado o concurso de credores.
- (D) manifestar-se acerca da destituição do síndico, ou propor a decretação da prisão deste, ainda que não concordes todos os credores a respeito da adoção de tais medidas.
- (E) recorrer de decisão proferida durante o tramitar do processo, no sentido de determinar o encerramento da falência, se demonstradas fraudes praticadas pelo falido, ainda que o síndico concorde com a idéia de ser encerrado o feito, por não estar instaurado o concurso de credores, em razão de estar habilitado um só credor.

17. Estão legitimados para o pedido de falência de uma sociedade empresária devedora, além dela mesma, o seu sócio e o credor. Diante de tal enunciado, correto será afirmar que

- (A) havendo algum credor que não seja domiciliado no Brasil, não está ele obrigado a prestar caução, que na hipótese se destinaria a pagar as custas processuais e eventual indenização ao devedor, no caso de a falência vir a ser denegada, porque essa providência poderia ser adotada a qualquer momento.
- (B) pretendendo receber seu crédito, o credor em algumas situações precisa previamente tentar o recebimento por meio de execução, a fim de que desnecessariamente se decrete uma falência evitável, que poderia causar prejuízos para terceiros e para os empregados da empresa.
- (C) com a finalidade de formular requerimento de autofalência, o devedor injustificadamente impontual precisa demonstrar boa-fé por meio de documentos hábeis, e não necessita ingressar obrigatoriamente com o requerimento em juízo nos trinta dias seguintes ao vencimento da obrigação líquida, sob pena de ficar inibido de oportunamente ter acesso à concordata.
- (D) para que algum sócio ou acionista da empresa devedora esteja legitimado a requerer a falência, não é necessário que o interessado obtenha a aquiescência da maioria, sendo suficiente que um terço dos sócios ou acionistas concorde expressamente com a pretensão.
- (E) o credor civil não necessita comprovar documentalmente a regularidade no exercício de sua atividade econômica, nem o trabalhista ou tributário precisam renunciar à respectiva preferência para se legitimarem ao pedido.

18. Cuidando-se de processo de falência escudado em duplicata mercantil sem aceite e não paga no dia do vencimento e devidamente protestada, se demonstrado que a mercadoria foi entregue, será título suficientemente hábil para o requerimento de quebra? Diante de tal assertiva,

- (A) se o título de crédito não for líquido, certo e exigível, por estar sendo questionado pelo emitente, ainda que se trate de duplicata regularmente protestada e aceita, pode dar suporte a pedido de falência independentemente de ser ou não entregue a mercadoria.
- (B) não será necessário protestar a duplicata e remetê-la para aceite, se demonstrado inequivocamente que a mercadoria chegou às mãos de quem de direito.
- (C) duplicatas mercantis constituem título hábil para embasar requerimento de falência, se protestadas, ainda que não tenham sido enviadas para aceite, uma vez demonstrado que a mercadoria foi entregue ao destinatário.
- (D) a legislação pátria não permite a execução de duplicatas ou triplicatas não aceitas, mesmo que o requerimento esteja acompanhando de comprovantes de entrega e recebimento da mercadoria.
- (E) é admissível a execução de duplicata protestada, com a finalidade de fundamentar requerimento de falência, sendo obrigatório que o título seja aceito, e que o canhoto da nota fiscal venha a ser assinado por postposto ou mandatário do destinatário.

19. Os atos da sociedade falida considerados ineficazes pela lei de quebras não podem produzir nenhum efeito jurídico perante a massa. Diante de tal enunciado, será exato dizer que

- (A) em todas as hipóteses de atos considerados objetivamente ineficazes, a ineficácia não está condicionada à ocorrência dentro de um determinado período de tempo, como, por exemplo, dois

anos anteriores à data da quebra, ou o termo legal.

(B) os atos tidos como ineficazes, assim considerados pelo legislador, por sua natureza serão sempre nulos em relação à massa em qualquer circunstância.

(C) tanto os atos previstos pelo estatuto falimentar como ineficazes ou revogáveis, dizem respeito tão-somente à fraude, e esta se afigura sempre como condição necessária para coibição do ato, e não à ineficácia perante a massa.

(D) quaisquer atos ineficazes em sentido estrito, assim como os revogáveis, não assumem contorno de ineficácia perante a massa, a menos que se trate de hipótese de ineficácia objetiva, por independe de indagação a respeito das intenções de quem os praticou, ou em caso de ineficácia subjetiva, que está condicionada a perquirição.

(E) tendo se cristalizado ou não intenção fraudulenta visando causar prejuízo para os credores, o ato, por sua própria natureza, se inserido em qualquer das figuras previstas no art. 52 do estatuto falimentar, será sempre ineficaz perante a massa, mesmo que praticado fora do prazo da lei.

20. Depois de encerrado o processo falimentar, é possível que os antigos sócios reabilitem a sociedade falida, mediante o procedimento de reversão dos efeitos dissolutórios da falência, com o fim de propiciar à empresa a volta à exploração de suas atividades. Diante de tal fato, é correto afirmar que

(A) formulado o pedido para a continuação do negócio pelo representante legal da falida, uma vez colhidos os pronunciamentos do Ministério Público oficiante e do síndico, a autorização cessa se vier a ser concedida concordata suspensiva, porque nesse caso a empresa reassume em sua plenitude suas atividades, e ante tal circunstância torna-se desnecessária a realização do ativo.

(B) esse objetivo poderá eventualmente vir a ser alcançado pelos empreendedores que eram sócios da falida, por meio de constituição de nova sociedade, admitindo-se que o ativo e o passivo possam se comunicar com os da empresa dissolvida.

(C) o procedimento de reabilitação da empresa previsto no estatuto falimentar destina-se apenas às hipóteses de falência do empresário individual, ou do representante legal da falida, que não tenha sido condenado pela prática de crime falimentar.

(D) em caso de pedido de autorização para a continuação do negócio da empresa falida, o requerimento deverá sempre ser formulado por seu representante legal, independentemente dos interesses dos credores, porque a retomada da atividade poderá trazer benefícios para os empregados.

(E) se a concordata suspensiva for denegada, ou não tiver sido requerida por quem de direito, o processo falimentar deverá ser paralisado, sem a imediata execução do patrimônio da falida, se os credores, o síndico e o Ministério Público oficiante concordarem, até que eventualmente a empresa apresente condições de obter a continuação do negócio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

21. É lícito ao autor, numa ação civil de conhecimento,

(A) alterar o pedido, antes de efetuada a citação do réu, arcando com o pagamento de custas acrescidas.

(B) alterar o pedido, depois de efetuada a citação, sem o consentimento do réu.

(C) alterar o pedido após o saneamento do processo.

(D) alterar a causa de pedir, depois de efetuada a citação, sem o consentimento do réu.

(E) indicar outro réu, em substituição ao citado, em qualquer circunstância.

22. Oposta exceção de incompetência de juízo, o processo

(A) ficará suspenso até o momento em que prestadas informações ao relator do agravo de instrumento, no juízo recursal.

(B) ficará suspenso até o trânsito em julgado da decisão que a apreciar.

(C) ficará suspenso até o julgamento de agravo de instrumento interposto contra a decisão de primeiro grau que a indeferir.

(D) não será suspenso.

(E) ficará suspenso até o proferimento de decisão em primeiro grau de jurisdição.

23. A ação popular pode ser proposta

(A) por quaisquer autarquias ou entidades paraestatais.

(B) pelo Ministério Público ou outras pessoas jurídicas, indicadas no art. 5º da Lei no 7.347, de

24.07.1985.

(C) para coibir a prática de improbidade administrativa, com a imposição de sanções a administradores ímprobos.

(D) pelo cidadão eleitor, em face de autoridades, funcionários ou administradores praticantes do ato impugnado, e dos beneficiários diretos deste.

(E) por qualquer cidadão, visando à anulação ou à declaração da nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios ou de outras pessoas jurídicas especificadas no art. 1º da Lei no 4.717, de 29.06.1965.

24. Proposta reconvenção, pelo réu,

(A) é julgada autonomamente, sem qualquer vinculação com o julgamento da ação.

(B) forma-se um segundo processo nos mesmos autos, com a ordem de citação do autor-reconvinido.

(C) indeferida pelo juiz liminarmente, contra o ato decisório cabe apelação sem efeito suspensivo.

(D) julgada improcedente, contra o ato decisório de rejeição cabe agravo de instrumento dotado, sempre, de efeito suspensivo.

(E) o processo continua sendo único, com ações contrapostas.

25. Indeferida a petição inicial, por não a ter emendado o autor, apesar de a tanto instado, o recurso apropriado contra a decisão indeferitória é

(A) embargos infringentes, cujo processamento se dará sem a ordem de citação do réu, e sem possibilidade de retratação do decidido, pelo juiz sentenciante.

(B) apelação, cujo processamento se dará independentemente da citação do réu, e com possibilidade de retratação do decidido pelo juiz sentenciante.

(C) agravo de instrumento, cujo processamento se dará com a ordem de citação do réu e possibilidade de retratação do decidido pelo juiz sentenciante.

(D) agravo retido, cujo processamento se dará com a ordem de citação do réu e possibilidade de retratação do decidido pelo juiz sentenciante.

(E) apelação, cujo processamento se dará com a ordem de citação do réu, e sem possibilidade de retratação do decidido.

26. Interposta apelação, o juiz, declarando os efeitos em que a recebe, mandará intimar o apelado para responder. Apresentada a resposta,

(A) o juiz ordenará o encaminhamento dos autos ao tribunal, mesmo que o apelante tenha deixado de efetuar o preparo do recurso, quando de sua interposição.

(B) é facultado ao juiz o reexame dos pressupostos subjetivos de admissibilidade do recurso.

(C) é defeso ao juiz alterar a decisão de recebimento do recurso.

(D) é facultado ao juiz o reexame dos pressupostos objetivos de admissibilidade do recurso.

(E) o juiz mandará intimar o apelante para oferecer réplica.

27. O prazo para oposição de embargos à execução

(A) é comum a todos os embargantes.

(B) suspende a tramitação do procedimento executivo, mesmo em relação aos executados que não tenham embargado, e o fundamento dos embargos opostos não lhes diga respeito.

(C) é contado a partir do momento da intimação da penhora.

(D) é contado em dobro, havendo vários executados, ou sendo embargante o Ministério Público.

(E) é contado a partir da juntada aos autos de comprovação da intimação da penhora.

28. Regularmente citado, e deixando o réu de responder no prazo legal, o juiz

(A) considerará induzido o efeito processual da revelia, prescrito no art. 322 do CPC, mesmo que o réu, embora não apresentando resposta, tenha procurador constituído nos autos.

(B) admitirá os fatos alegados pelo autor como verdadeiros se o litígio versar sobre direito disponível, e os autos não ostentarem prova contrária ao alegado.

(C) deverá, sempre, julgar o mérito de plano, tendo como verdadeiros os fatos alegados pelo autor.

(D) ordenará, em qualquer situação, que o autor especifique as provas que pretenda produzir, encaminhando o processo à instrução e julgamento em audiência.

(E) considerará induzido o efeito material da revelia, mesmo que o litígio verse sobre direito indisponível.

29. A antecipação da tutela jurisdicional,
(A) pode ser pleiteada somente pelo autor.
(B) é concedida por sentença sujeita a apelação.
(C) pode ser pleiteada, tanto pelo autor, como pelo réu-reconvinte, pelo oponente, pelo denunciante, e pelo réu, nas ações dúplices.
(D) não pode ser concedida sem a prévia manifestação da parte contrária.
(E) é concedida por sentença irrecorrível.
30. Na ação de investigação de paternidade é
(A) inadmissível o julgamento antecipado da lide.
(B) inadmissível a produção de prova pericial de qualquer natureza.
(C) permitida a citação pelo correio, mediante carta com aviso de recebimento, assinado pelo réu.
(D) admissível a renúncia ao direito sobre que se funda a ação, após a apresentação da resposta, pelo réu.
(E) admissível a desistência da ação, após a apresentação da resposta, pelo réu, mesmo sem o consentimento deste.
31. A cumulação de ações em que o autor pleiteia o exame de segundo pedido, no caso de rejeição do primeiro, é
(A) eventual.
(B) inadmissível.
(C) simples.
(D) sucessiva.
(E) subjetiva.
32. O inquérito civil
(A) pode ser realizado secreta e sigilosamente.
(B) tendo caráter investigatório, sua efetivação deve observar as normas referentes à investigação criminal sigilosa.
(C) pode ser instaurado somente pelo Ministério Público.
(D) pode ser instaurado, tanto pelo Ministério Público, como, também, por qualquer das pessoas legitimadas a aforar ação civil pública.
(E) é imprescindível à propositura da ação civil pública, implicando a sua falta a decretação da carência desta.
33. A sentença de mérito proferida nos autos de ação civil pública, com a preclusão dos prazos para recurso,
(A) somente poderá ser executada pelo autor vencedor.
(B) terá efeito normativo, valendo para todos os processos correlatos.
(C) poderá ser modificada em qualquer tempo, tanto a pedido do autor vencido, como de qualquer outra pessoa co-legitimada, em qualquer hipótese.
(D) será coberta pela coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, e nos termos da lei.
(E) a declaração nela contida jamais, em nenhuma hipótese, mesmo havendo prova nova, poderá ser modificada.
34. Falecendo o advogado do autor, ao tomar conhecimento do fato, o juiz deverá
(A) ter como operada, desde logo, a sua contumácia, proferindo julgamento antecipado da lide.
(B) convocar as partes, para comparecerem pessoalmente em juízo, em dia e hora designados, para tentativa de conciliação.
(C) mandar intimá-lo para constituir outro advogado, no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de proferir sentença de improcedência do pedido formulado na petição inicial.
(D) ordenar o prosseguimento do feito, em direção à audiência de instrução e julgamento.
(E) ordenar a suspensão do processo e a intimação do autor, para, no prazo de vinte (20) dias, constituir outro procurador judicial, com a advertência de que, em caso de não atendimento, extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
35. O reconhecimento de coisa julgada deve fundamentar-se na
(A) identidade das condições da ação.
(B) conexão.

- (C) continência.
- (D) identidade dos pressupostos processuais.
- (E) identidade dos elementos da ação.

36. Relativamente à adoção,

- (A) ambos os membros do casal adotante devem ter completado dezoito (18) anos de idade.
- (B) o tutor pode adotar o pupilo, desde que tenha prestado contas de sua gestão, e ainda que haja débito a ser saldado.
- (C) o adotante há de ser pelo menos dezesseis (16) anos mais velho do que o adotando.
- (D) ela independe de consentimento dos pais ou dos representantes legais do adotando.
- (E) pode ser realizada por duas pessoas, ainda que não casadas ou unidas estavelmente.

37. À emissora de televisão que exhibe filme do gênero violência, em horário impróprio para menores de determinada faixa etária, sem aviso de sua classificação,

- (A) não se poderá impor nenhuma sanção, ante a garantia estatuída no artigo 5o, IX, da Constituição Federal.
- (B) é cabível a imposição de pena de multa.
- (C) pode ser imposta qualquer espécie de sanção.
- (D) deve ser imposta pena de suspensão de suas atividades por tempo indeterminado.
- (E) pode ser imposta pena de cancelamento da concessão.

38. Ao adolescente que pratica crime de homicídio qualificado deve ser imposta

- (A) pena de reclusão.
- (B) medida de segurança.
- (C) custódia domiciliar, sob responsabilidade de quem tenha a sua guarda.
- (D) medida socioeducativa de internação.
- (E) internação em estabelecimento hospitalar adequado.

39. É admissível o aforamento de ação civil pública, em face de Municipalidade, para obrigá-la a arcar com as despesas de tratamento médico-hospitalar de criança acometida de doença grave.

Essa afirmação é

- (A) correta.
- (B) incorreta.
- (C) correta, somente se a criança for órfã.
- (D) correta, somente quando autorizado por quem tenha a sua guarda.
- (E) correta, somente onde não houver Defensoria Pública.

40. Ato infracional equiparado a tráfico de entorpecente, praticado por adolescente,

- (A) enquadra-se, exclusivamente, sem possibilidade de medida alternativa, na hipótese de internação socioeducativa.
- (B) admite a substituição de internação socioeducativa por outra medida.
- (C) implica a perda da liberdade do autor, indefinidamente.
- (D) é penalmente irrelevante.
- (E) é juridicamente inexistente.

DIREITO PENAL

41. Nas causas supervenientes relativamente independentes em relação à conduta do sujeito, o resultado

- (A) não é imputável, respondendo o agente pelos atos praticados.
- (B) é imputável ao agente.
- (C) não é imputável, pois há exclusão do nexo de causalidade.
- (D) é imputável, havendo, porém, diminuição da pena.
- (E) só é imputável ao agente quando se tratar de homicídio doloso.

42. Tício, com 19 anos de idade e primário, através de sentença publicada em 30 de janeiro de 2000, foi condenado à pena de 01 (um) ano de reclusão por furto simples, praticado em 15 de agosto de 1999. Tício apela e a decisão transita em julgado para o MP. Ao julgar o processo, em 05 de fevereiro de 2002, o Tribunal

- (A) deve decretar a prescrição retroativa da pretensão executória estatal.

- (B) deve decretar a extinção da punibilidade de Tício em face da ocorrência da prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal.
- (C) deve decretar a extinção da punibilidade de Tício em face da ocorrência da prescrição intercorrente da pretensão punitiva estatal.
- (D) deve decretar a prescrição intercorrente da pretensão executória estatal.
- (E) não deve reconhecer a prescrição, pois esta não ocorreu.

43. A revogação facultativa do sursis é possível quando o beneficiado

- (A) não cumpre as condições de prestar serviços à comunidade ou de se submeter à limitação de fim de semana, previstas no § 1o do artigo 78 do Código Penal.
- (B) é condenado por crime doloso em sentença irrecorrível.
- (C) é irrecorrivelmente condenado, por crime culposo ou por contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- (D) frustra, embora solvente, a execução da pena de multa ou não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- (E) descumpra qualquer obrigação imposta ou não efetua, de qualquer modo, a reparação do dano.

44. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a FALSA.

- (A) Descriminantes putativas ocorrem quando o agente supõe que está agindo lícitamente, imaginando que se encontra presente uma das causas excludentes da ilicitude previstas em lei.
- (B) Erro invencível ou escusável é aquele no qual o sujeito não age dolosa ou culposamente, motivo pelo qual não responde por crime doloso ou culposo.
- (C) O erro de tipo, que incide sobre as elementares ou circunstâncias da figura típica, exclui o dolo.
- (D) O erro de proibição ocorre quando o homem não incorre em qualquer falsa apreciação da realidade, mas acredita que o fato não é contrário à ordem jurídica.
- (E) Erro vencível ou inescusável é o que emana do dolo do agente, pois, para evitá-lo, bastaria a atenção normal do "homem médio".

45. Dentre as afirmações abaixo, assinale a FALSA.

- (A) No estado de necessidade, o perigo pode advir de conduta humana, força maior ou caso fortuito, a legítima defesa só é possível contra agressão humana ou ataque espontâneo de animal irracional.
- (B) No estado de necessidade há conflito entre bens jurídicos, na legítima defesa há ataque ou ameaça de lesão a um bem jurídico.
- (C) No estado de necessidade, o bem jurídico é exposto a perigo atual ou iminente, na legítima defesa o bem jurídico sofre uma agressão.
- (D) Podem coexistir, num mesmo fato, a legítima defesa com o estado de necessidade.
- (E) No estado de necessidade há ação, e na legítima defesa reação.

46. São elementos do fato típico:

- (A) conduta, relação de causalidade, antijuridicidade e tipicidade.
- (B) conduta, resultado, relação de causalidade e culpabilidade.
- (C) conduta, resultado, relação de causalidade e tipicidade.
- (D) conduta, resultado, antijuridicidade e culpabilidade.
- (E) conduta, resultado, nexo de causalidade e antijuridicidade.

47. Pode-se afirmar que para a teoria

- (A) finalista da ação, crime é um fato típico, antijurídico e culpável, consistindo a culpabilidade no elo subjetivo que liga a ação ao resultado.
- (B) causalista ou naturalista da ação, a conduta não é tida como um simples comportamento humano nem como um puro fator da causalidade, mas sim como um comportamento que deve ser apreciado como ilícito ou reprovável.
- (C) teoria finalista da ação, a conduta é um comportamento humano simplesmente causal.
- (D) social, a ação é a conduta socialmente relevante, que não é questionada pelos requisitos do Direito, mas sim pelas leis da natureza.
- (E) causalista ou naturalista da ação, a conduta é um comportamento humano voluntário no mundo exterior, consistindo em fazer ou não fazer.

48. A actio libera in causa ocorre, quando o agente,
(A) em estado de embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, que enseja isenção de pena, pratica um crime.
(B) deliberadamente, se coloca em situação de inimputabilidade para cometer o crime, praticando-o em estado de inconsciência.
(C) dentro do livre arbítrio que rege a conduta humana, pratica o crime de forma livre e consciente.
(D) após a prática de crime, passa a sofrer de doença mental, embora só possa a pena ser executada quando se recuperar.
(E) em estado de embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, que enseja diminuição da pena, pratica um crime.

49. Dados os enunciados:

I. O princípio da legalidade, previsto no art. 1º do Código Penal, tem como fundamento o princípio nullum crimen, nulla poena sine praevia lege.

II. A lei penal, ao entrar em conflito com lei penal anterior, pode apresentar as seguintes situações: novatio legis incriminadora, abolitio criminis, novatio legis in pejus e novatio legis in melius.

III. O Código Penal Brasileiro, no que diz respeito ao tempo do crime, adotou a teoria da atividade, pelo que se considera a imputabilidade do agente no momento em que o crime é cometido, sendo irrelevante, para tanto, o momento da produção do resultado.

IV. No tocante ao lugar do crime, o Código Penal Brasileiro adotou a chamada teoria mista, que leva em conta tanto o local onde ocorreu a conduta, quanto o local onde se deu o resultado.

V. Em relação à lei penal no espaço, a legislação penal brasileira adotou o chamado princípio da territorialidade temperada, pelo qual a lei penal brasileira é, em regra, aplicada aos crimes praticados no território nacional, tendo como exceções as convenções, tratados e regras de direito internacional.

São verdadeiros

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) somente I e II.
- (C) somente I e V.
- (D) somente II e IV.
- (E) somente I, II e III.

50. Levando em consideração dominantes orientações jurisprudenciais e doutrinárias, é FALSO afirmar que o aborto sentimental ou humanitário

- (A) prescinde, para ser realizado, da existência de condenação, processo ou mesmo inquérito policial pelo crime de estupro.
- (B) não pode ser praticado por parteira ou enfermeira, mas apenas por médico.
- (C) é autorizado nos casos em que há presunção de violência do estupro, bastando, para tanto, prova da causa, ou seja, de ser a gestante menor de 14 anos ou alienada mental.
- (D) não é autorizado nos casos em que a gravidez é resultante de atentado violento ao pudor, pois o texto legal refere-se unicamente a estupro, impedindo a analogia ou a interpretação extensiva.
- (E) não necessita, para ser praticado, de autorização judicial, bastando o consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

51. Um jurado, depois de sorteado pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri para participar de um julgamento, foi aceito pelas partes. Antes de se dirigir para seu lugar no plenário, exige de familiares do réu, que estão a seu lado, vantagem indevida para não votar em desfavor do acusado. Entretanto, não obtém sucesso em sua investida, pois as pessoas abordadas levam o caso ao conhecimento do Juiz e do Promotor de Justiça, que tomam as providências cabíveis. Como consequência, referido jurado

- (A) não responde por nenhum crime, pois o fato é atípico, já que não gerou nenhuma consequência.
- (B) responde por extorsão, crime formal, pois, como não assumiu a função, não é equiparado a funcionário público, e agiu com o intuito de obter indevida vantagem econômica.
- (C) responde por concussão, pois é equiparado a funcionário público e o crime, por ser formal, se consumou.
- (D) responde por tentativa de concussão, pois não conseguiu a vantagem indevida exigida.

(E) responde por tentativa de corrupção passiva, pois sua conduta foi levada ao conhecimento das autoridades, impedindo a obtenção da vantagem indevida.

52. O agente que, para livrar um doente, sem possibilidades de cura, de graves sofrimentos físicos e morais, pratica a eutanásia com o consentimento da vítima, deve, em tese, responder por homicídio

(A) privilegiado, pois o estado da vítima faz com que pratique o crime sob o domínio da violenta emoção.

(B) privilegiado, já que agiu por relevante valor social, que compreende os interesses coletivos, entre eles os humanitários.

(C) simples, já que o consentimento do ofendido nenhuma consequência gera, posto que a vida é um bem indisponível.

(D) simples, aumentando-se a pena em face da circunstância agravante de o crime ter sido praticado contra enfermo.

(E) privilegiado, já que agiu por relevante valor moral, que compreende também os interesses individuais do agente, entre eles a piedade e a compaixão.

53. O agente que priva sua ex-namorada, com 17 anos de idade, de liberdade, detendo-a em recinto fechado de sua casa por dez dias e provocando-lhe, em razão de maus tratos, grave sofrimento físico, a fim de obrigá-la a reatar o relacionamento, responde por

(A) crime de cárcere privado qualificado pelo fato de a vítima sofrer grave sofrimento físico.

(B) seqüestro em concurso com lesões corporais, já que provocou grave sofrimento físico para a vítima.

(C) crime de constrangimento ilegal, além das penas correspondentes à violência.

(D) seqüestro especial previsto no art. 230 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

(E) crime de extorsão mediante seqüestro qualificado pelo fato de ser a vítima menor de 18 anos, já que a intenção do agente era reatar relacionamento, e, com isso, obter vantagem.

54. Em relação aos crimes contra a liberdade sexual, assinale a alternativa FALSA.

(A) No crime de rapto violento ou mediante fraude é irrelevante o sexo do sujeito ativo do crime, podendo ser cometido tanto por homem quanto por mulher.

(B) Só o homem pode ser sujeito ativo do crime de sedução, pois somente ele pode manter conjunção carnal com mulher.

(C) Para a caracterização do atentado violento ao pudor é indispensável o contato físico entre o agente e a vítima.

(D) O crime de atentado violento ao pudor pode ter como sujeito ativo tanto o homem como a mulher, pois ambos podem constranger outrem a praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

(E) O crime de estupro, tendo em vista que só o homem pode manter conjunção carnal com mulher, não admite que mulher possa responder pelo ilícito como partícipe.

55. Dos enunciados abaixo, referentes à Lei 6.368/76:

I. O artigo 14, que prevê a associação de duas ou mais pessoas, só pode ser aplicado quando o concurso de pessoas existir para praticar qualquer dos crimes previstos nos artigos 12 e 13 da citada lei.

II. De acordo com o artigo 15, a conduta de "prescrever culposamente" substância entorpecente, em dose evidentemente maior que a necessária, só pode ter como sujeito ativo o médico ou o dentista, enquanto que a conduta de "ministrar culposamente" pode ser praticada também pelo farmacêutico ou pelo profissional de enfermagem.

III. O tratamento em ambulatório interno do sistema penitenciário será assegurado ao dependente condenado a pena privativa de liberdade ou medida de segurança somente se ele tiver praticado qualquer dos crimes previstos na própria Lei 6.368/76.

IV. Conforme orientação jurisprudencial, a pequena quantidade de substância entorpecente encontrada em poder do agente, por si só, não é indicativa de uso próprio, podendo, dependendo do caso concreto, configurar o tráfico.

V. A majorante inscrita no inciso III do artigo 18 necessita do caráter estável da associação entre os agentes e exige o concurso de mais de duas pessoas para se caracterizar.

São verdadeiros

(A) somente I, IV e V.

(B) I, II, III, IV e V.

- (C) somente I, II e IV.
- (D) somente I, III e V.
- (E) somente II, III e IV.

56. O funcionário público que, ao informar seus dados pessoais para elaboração de compromisso de compra e venda de um apartamento, fornece falsa declaração de estado civil, com a intenção de prejudicar o cônjuge, de quem pretendia se separar, responde pelo crime de

- (A) falsificação de documento particular, com aumento de pena pelo fato de ser funcionário público.
- (B) falsidade ideológica.
- (C) falsificação de documento público, com aumento de pena pelo fato de ser funcionário público.
- (D) falsidade ideológica, com aumento de pena pelo fato de ser funcionário público.
- (E) falsificação de documento particular.

57. Tício, mediante grave ameaça, exercida com emprego de revólver, obriga uma mulher a praticar com ele fellatio in ore. Em seguida, ainda mediante grave ameaça, com emprego de revólver, resolve manter com ela conjunção carnal, fazendo com que tire suas roupas, o que efetivamente acontece. Entretanto, neste momento, desiste de seu intento, abandonando o local. Tício responderá por

- (A) tentativa de estupro, somente, tendo em vista que o ato libidinoso diverso da conjunção carnal é considerado como mera preparação da conduta mais grave.
- (B) atentado violento ao pudor consumado em concurso com estupro tentado, havendo diminuição da pena em face da desistência voluntária.
- (C) atentado violento ao pudor consumado em concurso com estupro tentado.
- (D) atentado violento ao pudor consumado em concurso com constrangimento ilegal, este com pena aumentada pelo emprego de arma.
- (E) atentado violento ao pudor consumado, com diminuição da pena em face da desistência voluntária.

58. Crime falho é

- (A) aquele no qual alguém, insidiosamente, provoca uma situação que leva o agente à prática do crime, mas, antes, toma as devidas providências para que o mesmo não se consuma.
- (B) aquele no qual o agente acredita que está praticando um crime, que não existe, pois o fato não é típico.
- (C) o mesmo que tentativa perfeita, na qual o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, embora este pratique todos os atos necessários para a consumação do crime.
- (D) o mesmo que tentativa inadequada ou inidônea, na qual o crime não pode ser consumado por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto.
- (E) aquele no qual a polícia efetua a detenção do agente no momento da prática delitiva, pois avisada pela vítima que sabia previamente que o crime iria acontecer.

59. Tícia, no dia 1o de janeiro de 2003, ao sair de uma festa realizada em um clube, passa pela chapelaria e verifica que ali está uma bolsa bonita, que entende ser valiosa. Então, vai até o local e, dizendo que havia perdido o tíquete comprovador da propriedade e que no interior da bolsa estavam todos seus documentos e as chaves de sua casa, convence a funcionária responsável pela chapelaria e recebe a bolsa, da qual se apossa. Ao retirar-se do local, apura que a bolsa valia R\$ 130,00 e tinha em seu interior coisas sem nenhuma importância. Tícia responderá pelo crime de

- (A) furto simples, podendo ser aplicado em seu favor o privilégio em face do pequeno valor da coisa.
- (B) furto qualificado pela utilização da fraude, não podendo ser beneficiada pelo privilégio, pois este é incompatível com o furto qualificado.
- (C) estelionato, podendo ser aplicado em seu favor o privilégio em face do pequeno prejuízo causado.
- (D) furto simples, pois o valor do bem não pode ser considerado pequeno.
- (E) estelionato, não podendo ser aplicado em seu favor o privilégio, pois o prejuízo causado não pode ser considerado pequeno.

60. Mévio, mediante arrombamento de uma janela, ingressa na residência de Remo e subtrai algumas jóias. Logo depois, ao se retirar com o produto do crime, é surpreendido por Remo, que

o aborda. Mévio, então, para não ser preso, mediante socos e pontapés agride Remo, causando-lhe lesões corporais de natureza leve, e foge. Entretanto, ao chegar na rua, Mévio é detido por vigilantes noturnos, que para ali se dirigiram alertados pelo barulho e que conseguem recuperar o acervo rapinado. Mévio responderá por

- (A) furto simples em concurso com lesões corporais.
- (B) roubo próprio consumado, pois houve a inversão de posse do bem subtraído.
- (C) tentativa de roubo próprio, já que não teve a posse tranqüila do produto do crime.
- (D) roubo impróprio consumado, pois este crime, em regra, não admite a tentativa.
- (E) furto qualificado pelo rompimento de obstáculo em concurso com lesões corporais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

61. Sobrevindo doença mental, no curso da execução penal, ao sentenciado que cumpre pena em regime fechado, ocorrerá

- (A) substituição da pena por medida de segurança, sendo que esta será fixada no mínimo.
- (B) substituição da pena por medida de segurança, pelo tempo que remanescer da pena, então em cumprimento.
- (C) transferência a estabelecimento prisional adequado, para que o sentenciado cumpra o remanescente da pena.
- (D) extinção da pretensão executória e imposição de medida de segurança pelo tempo necessário à cessação de periculosidade.
- (E) substituição da pena por medida de segurança sendo que esta será fixada em seu máximo.

62. Sursis processual é suspensão

- (A) condicional do processo, por revelia.
- (B) condicional do processo, a partir do oferecimento da denúncia.
- (C) do processo, por pendência do laudo toxicológico.
- (D) condicional do processo, a partir do recebimento da denúncia.
- (E) condicional da pena.

63. Réu revel, condenado a pena privativa de liberdade por tempo igual a 1 (um) ano, não tendo constituído defensor, será intimado da sentença por edital no prazo de

- (A) 5 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 20 dias.
- (D) 60 dias.
- (E) 90 dias.

64. Orientação dada pela Autoridade Policial para que a vítima fotocopiasse as cédulas dadas em pagamento ao agente preso em flagrante delito, por extorsão. Caracteriza

- (A) flagrante preparado.
- (B) flagrante presumido.
- (C) flagrante esperado.
- (D) flagrante compulsório.
- (E) quase flagrante.

65. Tratando-se de suspeição é correto afirmar que

- (A) a recusa do Juiz leigo, deve ser argüida oralmente, com motivação, ao Juiz Presidente do Júri. O não reconhecimento da suspensão é irrecurável.
- (B) a recusa do Juiz leigo, deve ser requerida por escrito, com motivação, ao Juiz Presidente do Júri. O não reconhecimento da suspeição é recorrível.
- (C) não é possível opor exceção.
- (D) a recusa do Juiz leigo, deve ser requerida por escrito, sem motivação ao Juiz Presidente do Júri. O não reconhecimento da suspeição é irrecurável.
- (E) a recusa do Juiz leigo, deve ser argüida oralmente, sem motivação ao Juiz Presidente do Júri. O não reconhecimento da suspeição é recorrível.

66. Interveniente adesivo obrigatório é o

- (A) defensor público na ação penal privada.
- (B) assistente da acusação na ação penal pública.

- (C) promotor de justiça na ação penal privada subsidiária.
- (D) curador na ação penal condicionada.
- (E) curador especial na ação penal condicional à representação.

67. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A fiança poderá ser concedida desde a prisão em flagrante até o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (B) O Juiz de Direito poderá determinar que se proceda, novamente, o interrogatório do réu ou inquirição de testemunhas e do ofendido, se não houver presidido a esses atos na instrução criminal.
- (C) O prazo da prisão temporária decretada pelo Juiz de Direito não se computa naquele que deve ser respeitado para a conclusão da instrução criminal.
- (D) Conclusos os autos para sentença, o Juiz de Direito, no prazo de 5 dias, poderá ordenar diligências para sanar qualquer nulidade ou suprir falta que prejudique o esclarecimento da verdade.
- (E) A ação penal poderá iniciar-se antes de declarada a falência e extinguir-se-á quando reformada a sentença que a tiver decretado.

68. No caso de emprestar ao recurso interposto efeito suspensivo não previsto em lei, deve-se

- (A) interpor agravo.
- (B) impetrar habeas corpus.
- (C) interpor correição parcial.
- (D) impetrar mandado de segurança.
- (E) interpor recurso ordinário constitucional.

69. Citação, Notificação e Intimação são meios que estimulam o princípio

- (A) do contraditório.
- (B) da oralidade.
- (C) da oportunidade.
- (D) da livre convicção.
- (E) da publicidade.

70. Surgimento de circunstância elementar nova ao tipo penal imputado, durante o processo crime, que impõe pena mais grave leva o Juiz de Direito a

- (A) proferir sentença.
- (B) baixar o processo crime para aditamento da peça vestibular acusatória pelo representante do Ministério Público, para posterior defesa.
- (C) fazer a correção independentemente de qualquer diligência.
- (D) baixar o processo crime à defesa.
- (E) não alterar o curso do processo crime.

71. Delatio criminis postulatória é

- (A) inquérito judicial.
- (B) requisição.
- (C) representação.
- (D) requerimento.
- (E) auto de prisão em flagrante.

72. Quando surgiu a Lei no 9.099/95, ficou disposto no artigo 88 a necessidade de representação, nos casos de lesão corporal leve ou culposa. O Juiz de Direito determinou que as vítimas fossem notificadas, quanto ao interesse ou não de dar prosseguimento aos processos em trâmite. O critério adotado se deu a mando da

- (A) extraterritorialidade.
- (B) territorialidade.
- (C) analogia.
- (D) retroatividade.
- (E) irretroatividade.

73. Sendo o inquérito policial referente a crime de ação penal pública arquivado pelo Juiz de Direito, sem a manifestação do representante do Ministério Público, caberá

- (A) pedido de reconsideração.
- (B) recurso em sentido estrito.
- (C) habeas corpus.
- (D) mandado de segurança.
- (E) correição parcial.

74. Para argüir a suspeição da testemunha em Juízo deve-se

- (A) reperguntar.
- (B) contestar.
- (C) impugnar.
- (D) interpelar.
- (E) contraditar.

75. Na contagem do prazo processual

- (A) computar-se-á o dia seguinte ao do começo, excluindo-se o do vencimento.
- (B) não se computará o dia do começo, incluindo-se o do vencimento.
- (C) computar-se-á o dia do começo, excluindo-se o do vencimento.
- (D) computar-se-á o dia do começo, incluindo-se o do vencimento.
- (E) não se computará o dia do começo, excluindo-se o do vencimento.

76. Se alguém está sendo processado criminalmente e para o julgamento do seu processo é relevante o deslinde de questão civil referente ao conhecimento do estado civil da pessoa, estamos diante de questão prejudicial

- (A) obrigatória heterogênea.
- (B) obrigatória homogênea.
- (C) mista.
- (D) facultativa homogênea.
- (E) facultativa heterogênea.

77. X foi condenado a pena privativa de liberdade de 8 anos de reclusão em regime fechado, pela prática do crime de roubo. Após 3 anos progrediu de regime. Sobreveio a condenação por crime anterior à execução, impondo pena de 2 anos em regime aberto. O regime de pena passará a ser

- (A) semi-aberto, a observar o cumprimento da 1ª execução em curso, para posterior cumprimento da última condenação.
- (B) fechado, tendo em vista a soma das penas impostas.
- (C) semi-aberto, ante a soma da pena remanescente da execução em curso com a nova condenação.
- (D) aberto, prevalecendo o regime imposto na última condenação.
- (E) o fixado na sentença condenatória que o Juiz da Execução Criminal não poderá alterar.

78. Dados os enunciados:

- I. Cabe exceção da verdade no procedimento dos crimes contra a honra e no procedimento dos crimes funcionais.
- II. Cabe audiência de reconciliação no procedimento dos crimes falitários e no procedimento dos crimes contra a honra.
- III. Cabe defesa preliminar no procedimento comum sumário e no procedimento dos crimes funcionais.
- IV. Cabe despacho saneador no procedimento dos crimes de tóxicos e no procedimento dos crimes falitários.

São INCORRETOS:

- (A) somente III e IV.
- (B) somente II e III.
- (C) somente I e IV.
- (D) somente I e III.
- (E) I, II, III e IV.

79. Anulado o julgamento do Tribunal do Júri, por habeas corpus não será o acusado colocado em liberdade se já estava preso em razão da pronúncia por

- (A) responder processo por crime hediondo.
- (B) existir relação de causalidade entre a nulidade e a coação.

- (C) ter a pronúncia um juízo de prelibação.
- (D) inexistir relação de causalidade entre a nulidade e a coação.
- (E) estar o processo na fase *judicium causae*.

80. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O tempo remido não será computado para a concessão de livramento condicional e indulto.
- (B) Considera-se egresso, o liberado definitivo, pelo prazo de 1 ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova.
- (C) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou em obras públicas por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
- (D) A colônia agrícola, industrial ou similar, destina-se ao cumprimento de pena em regime semi-aberto.
- (E) A execução de pena de multa será suspensa quando sobrevier ao condenado doença mental.

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

81. Assinale a alternativa que contraria disposição constitucional acerca do Processo Legislativo.

- (A) Ao Presidente da República é lícito vetar projeto de lei por entendê-lo contrário ao interesse público.
- (B) Uma medida provisória que tenha sido rejeitada ou tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo poderá ainda ser reeditada na mesma sessão legislativa.
- (C) É vedada a edição, pelo Presidente da República, de medida provisória sobre matéria relativa a direito eleitoral.
- (D) Compete às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conjuntamente, a promulgação de emenda à Constituição.
- (E) Uma proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado não pode ser objeto de deliberação pelas Casas do Congresso Nacional.

82. Dos cargos abaixo, é privativo de brasileiro nato, segundo a Constituição Federal:

- (A) Ministro de Estado da Defesa.
- (B) Governador do Distrito Federal.
- (C) Senador da República.
- (D) Ministro de Estado das Relações Exteriores.
- (E) Governador de Estado.

83. A decretação de intervenção federal nos Estados, na hipótese de recusa de execução de lei federal, depende de provimento, pelo

- (A) Tribunal de Justiça do Estado respectivo, de representação do Presidente do Congresso Nacional.
- (B) Supremo Tribunal Federal, de representação formulada por dois terços dos integrantes da Câmara dos Deputados.
- (C) Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República.
- (D) Supremo Tribunal Federal, de representação do Presidente da República.
- (E) Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.

84. Assinale a alternativa que contraria norma constitucional referente aos princípios da Administração Pública.

- (A) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- (B) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (C) A divulgação de programas e obras dos órgãos públicos é absolutamente vedada.
- (D) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (E) Em regra, é proibida a acumulação remunerada de cargos públicos, mas admitem-se exceções.

85. Não é da competência do Superior Tribunal de Justiça julgar em recurso especial as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida
- (A) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro Tribunal.
 - (B) negar vigência a tratado ou lei federal.
 - (C) contrariar tratado ou lei federal.
 - (D) contrariar dispositivos da Constituição Federal.
 - (E) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal.
86. Falta legitimidade para a propositura, perante o Supremo Tribunal Federal, de ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal
- (A) ao Procurador-Geral da República.
 - (B) à Mesa da Câmara dos Deputados.
 - (C) à Mesa do Senado Federal.
 - (D) ao Presidente da República.
 - (E) ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
87. Ao preceito constitucional que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, dá-se o nome de
- (A) isenção bilateral.
 - (B) vedação tributária.
 - (C) imunidade interestatal.
 - (D) isenção multilateral.
 - (E) imunidade recíproca.
88. É INCORRETO afirmar que é ato de atribuição do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo:
- (A) aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito.
 - (B) decidir sobre vitaliciamento de membro do Ministério Público.
 - (C) indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento.
 - (D) elaborar o regulamento e as normas de concurso de ingresso à carreira do Ministério Público.
 - (E) autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no país ou no exterior.
89. Ao reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade dá-se o nome de
- (A) readmissão.
 - (B) aproveitamento.
 - (C) reversão.
 - (D) readaptação.
 - (E) reintegração.
90. Com relação ao tema das licitações, dadas as afirmativas:
- I. é inexigível a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
 - II. tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
 - III. todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, podendo ser permitida a cotação do preço em moeda estrangeira nas concorrências de âmbito internacional realizadas no Brasil;
 - IV. nos casos em que a modalidade de licitação cabível seja convite, é vedado à administração utilizar a tomada de preços.
- São corretas, apenas
- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.

- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

91. Com relação ao tema dos contratos administrativos regulados pela Lei no 8.666/93, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nas contratações de obras, serviços e compras é lícito à Administração exigir do contratado prestação de garantia de execução, ainda que tal exigência não venha prevista no instrumento convocatório.
- (B) É vedado o contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.
- (C) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- (D) Toda prorrogação de prazo do contrato administrativo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar a avença.
- (E) Se, em decorrência de alteração unilateral do contrato, os encargos do contratado aumentarem, a Administração deverá, por aditamento, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

92. A expedição de uma certidão pela Administração Pública pode ser caracterizada como um ato administrativo

- (A) abdicativo.
- (B) alienativo.
- (C) declaratório.
- (D) modificativo.
- (E) desconstitutivo.

93. Admitindo-se a autorização, a permissão e a concessão de uso como instrumentos estatais para a outorga ao particular do uso privativo dos bens públicos:

- I. a autorização para uso privativo de bem público não pode ser outorgada por prazo determinado;
- II. a concessão para uso privativo de bem público exige prévia licitação;
- III. a permissão de uso privativo de bem público com prazo determinado pode ser revogada a qualquer tempo por razões de interesse público, ficando, nessa hipótese, a Administração sujeita a indenizar o particular pelas perdas por ele sofridas e advindas da revogação efetivada antes do término do prazo fixado;
- IV. a outorga de autorização para uso privativo de bem público exige prévia desafetação do bem a ser utilizado.

São corretas, apenas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

94. O mandado de segurança:

- I. pode ser impetrado visando à correção de ato contra o qual caiba recurso administrativo sem efeito suspensivo;
- II. é cabível para corrigir ato omissivo praticado por pessoa incapaz, desde que esta compareça aos autos devidamente representada;
- III. não pode ser impetrado visando à correção de ato praticado por representante ou administrador de entidade autárquica no exercício de função delegada do Poder Público;
- IV. pode ser impetrado por pessoa jurídica de direito privado visando a impedir a prática de um ato que atente contra direito de que ela é titular.

São corretas, apenas as afirmativas

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I e III.

95. A ação de mandado de segurança não admite

- (A) reconvenção.
- (B) litisconsórcio.
- (C) recurso "ex-officio".
- (D) execução provisória do julgado.
- (E) sentença terminativa.

96. Em relação ao tema da ação popular, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o Ministério Público.
- (B) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- (C) A parte condenada a restituir bens ou valores ficará sujeita a sequestro e penhora, desde a prolação da sentença condenatória.
- (D) O direito de propor ação popular prescreve em dois anos.
- (E) Da sentença que julgar a ação procedente, caberá apelação com efeito suspensivo.

97. A homologação da promoção de arquivamento de inquérito civil, formulada pelo Promotor de Justiça, é atribuição

- (A) do Juiz que seria o competente para conhecer da ação civil pública.
- (B) do Procurador-Geral de Justiça.
- (C) do Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) das Associações legitimadas.
- (E) do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

98. Com relação ao tema do inquérito civil:

- I. a instauração do inquérito civil impede a propositura da ação civil pública pelos co-legitimados;
- II. embora o inquérito civil tenha, como uma de suas características, a publicidade, ele poderá ser sigiloso se de sua publicidade puder advir prejuízo às investigações;
- III. a instauração do inquérito civil é imprescindível para a propositura da ação civil pública;
- IV. desde a instauração do inquérito civil e até seu encerramento, o prazo decadencial para que o consumidor exerça o direito de reclamar contra os vícios aparentes ligados ao fornecimento de produtos ou serviços fica suspenso.

São corretas, apenas as afirmativas

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I e IV.

99. Assinale a alternativa em desconformidade com as normas que, contidas na Lei no 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), disciplinam os contratos reguladores das relações de consumo.

- (A) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, são nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento do comprador, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
- (B) É nula de pleno direito a cláusula contratual relativa ao fornecimento de produtos e serviços que autorize o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração.
- (C) Na hipótese de o fornecedor de um produto deixar de cumprir o avençado em pré-contrato envolvendo relação de consumo, contra ele poderá se voltar o consumidor interessado através de ação que tenha por objeto obrigação de fazer.
- (D) Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se a eles não for dado prévio conhecimento de seu conteúdo ou se forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.
- (E) Na contratação para fornecimento de produto ocorrida fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio, o consumidor pode desistir da avença no prazo de sete

dias a contar do recebimento do produto, perdendo, nessa hipótese, em benefício do fornecedor, a quantia que, em razão da avença, tenha eventualmente pago durante aquele período de sete dias.

100. Em relação ao tema da ação civil pública, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Se o Ministério Público não intervier na ação civil pública como parte, nela atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

(B) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, caberá exclusivamente ao Ministério Público assumir a titularidade ativa.

(C) Somente nos casos em que a lei impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação, hipótese em que a ação civil pública poderá ser proposta desacompanhada daqueles documentos, cabendo ao juiz requisitá-los.

(D) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

(E) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.

PROVA PREAMBULAR

GABARITO VERSÃO - ESPECIAL

01 - B 26 - C 51 - C 76 - A

14 - B 39 - A 64 - C 89 - B

02 - E 27 - E 52 - E 77 - C

15 - E 40 - B 65 - A 90 - C

03 - D 28 - B 53 - A 78 - E

16 - A 41 - A 66 - C 91 - A

04 - A 29 - C 54 - E 79 - D

17 - E 42 - C 67 - E 92 - C

05 - D 30 - A 55 - C 80 - A

18 - C 43 - C 68 - D 93 - D

06 - C 31 - A 56 - B 81 - B

19 - D 44 - E 69 - A 94 - D

07 - A 32 - C 57 - D 82 - A

20 - A 45 - A 70 - B 95 - A

08 - E 33 - D 58 - C 83 - C

21 - A 46 - C 71 - C 96 - D

09 - D 34 - E 59 - C 84 - C

22 - E 47 - E 72 - D 97 - C

10 - C 35 - E 60 - D 85 - D

23 - D 48 - B 73 - E 98 - B

11 - C 36 - C 61 - B 86 - E

24 - E 49 - A 74 - E 99 - E

12 - B 37 - B 62 - D 87 - E

25 - B 50 - D 75 - B 100 - B

13 - C 38 - D 63 - E 88 - D